

TEKNO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 33.467.572/0001-34

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 29.04.2019

ÍNDICE

	Página
I - Ordem do dia	03
II - Representação	03
III - Proposta encaminhada pelo Conselho de Administração à Assembleia	03
IV - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia (item 10 do formulário de referência)	03
V - Relatório dos auditores independentes	22
VI - Parecer do Conselho Fiscal	26
VII – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo 9-1-II da IN CVM 481)	26
VIII – Instalação do Conselho Fiscal (itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência)	26
IX – Remuneração dos Administradores (item 13 do formulário de referência)	28
X – Eleição do Conselho de Administração	40

I – ORDEM DO DIA

Deliberar sobre:

- a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018;
- b) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores;
- c) Definição do número de membros e eleição do Conselho de Administração;
- d) Instalação do Conselho Fiscal.

II – REPRESENTAÇÃO

Os senhores acionistas deverão comparecer à assembleia com seus documentos de identidade e os representantes legais e procuradores dos acionistas deverão, também, comprovar a legitimidade da representação até 3 (três) dias antes da assembleia, na sede social da Companhia.

III – PROPOSTA ENCAMINHADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA

- a) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018.
- b) Fixar, para remuneração global dos Administradores da Companhia, para o exercício em curso, o montante de R\$ 3.380.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil reais), já inclusos neste valor todos os encargos sociais e benefícios.

IV – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1) Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais saudáveis e está apta a cumprir todas as suas obrigações de curto e longo prazo.

- **Margem de rentabilidade líquida**

	Consolidado				
	2018	Variação %	2017	Variação %	2016
Receita operacional líquida	137.170	10,6%	124.056	12,1%	110.644
Resultado financeiro	8.732	202,6%	2.886	-45,1%	5.257
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício, atribuído ao acionista controlador (TEKNO)	718	-104,6%	(15.704)	-6,6%	(16.818)
% de Margem Líquida	1%		-13%		-15%

A receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de aproximadamente 11% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, em razão de reajustes de preços implementados pela Companhia, maior volume de venda e melhor mix de produtos.

O resultado financeiro consolidado apresentou aumento no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, devido à atualização monetária de créditos de PIS e COFINS, gerados pela exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo, reconhecidos em mandado de segurança impetrado pela Companhia, com decisão transitada em julgado.

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de 718 mil, inverte uma série de prejuízos apresentados nos últimos exercícios, tendo sido alcançado no referido exercício em decorrência do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS e de sua atualização monetária no mencionado mandado de segurança, não obstante as ações tomadas pela Companhia buscando ampliar a receita operacional líquida, mitigar os custos e melhorar a margem de lucro tenham contribuído para um melhor resultado.

• **Índices de liquidez**

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante + RLP	111.673	97.009	105.385
Passivo	41.259	31.820	31.531
Liquidez Geral	2,71	3,05	3,34

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	108.238	88.774	98.732
Passivo circulante	33.297	23.020	20.750
Liquidez Corrente	3,25	3,86	4,76

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	16.786	20.753	34.887
Passivo circulante	33.297	23.020	20.750
Liquidez Imediata	0,50	0,90	1,68

Os Índices acima demonstram que a Companhia não possui, no momento, deficiências de liquidez, mantendo plena capacidade de honrar seus compromissos.

Em 31 de dezembro de 2018, para cada 1,00 real de passivo circulante, a Companhia possuía 3,25 reais em ativo, sendo que, 0,50 reais em disponibilidades no caixa e equivalentes de caixa.

b) Estrutura de capital

- Estrutura de capital

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Passivo	41.259	31.820	31.531
Patrimônio Líquido	173.375	172.999	188.071
	214.634	204.819	219.602
% de Capital de terceiros	19%	16%	14%
% de Capital próprio	81%	84%	86%

Consideramos como capital de terceiros, os valores do passivo total (passivo circulante + passivo não circulante) e como capital próprio os valores do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro 2018, o capital empregado nas operações da empresa era composto por 19% de capital de terceiros e 81% de capital próprio. O percentual de utilização de capital de terceiros não apresentou variação relevante entre 2016 e 2018.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme demonstrado pelos índices de Liquidez, apresentados no item 10.1.a, a Companhia possui plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia detém uma posição financeira que possibilita financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, a mesma poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos destes recursos sejam favoráveis no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem deficiências de liquidez. No entanto, poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos e prazos destes recursos forem favoráveis no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia e suas controladas possuíam os seguintes contratos de empréstimos e financiamentos:

Banco ou Instituição Financeira	Tipo de financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Controladora			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Infraestrutura (i)	Pós-fixado	Real	7,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	166	166	191	352
Desenvolve SP (ii)	Pós-fixado	Real	7,50% a.a. + IPCA	Março/2021	1.595	1.537	1.816	3.133
HP Financeira (iii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	122	104	325	447
HP Financeira (iv)	Pré-fixado	Real	1,06% a.m.	Março/2023	39	-	160	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Fevereiro/2019	574	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Março/2019	905	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,68% a.a.	Abril/2019	453	-	-	-
					3.854	1.807	2.492	3.932
Banco ou Instituição Financeira	Tipo de financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Infraestrutura (i)	Pós-fixado	Real	7,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	166	166	191	352
Desenvolve SP (ii)	Pós-fixado	Real	7,5% a.a. + IPCA	Março/2021	1.595	1.537	1.816	3.133
HP Financeira (iii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	122	104	325	447
HP Financeira (iv)	Pré-fixado	Real	1,06% a.m.	Março/2023	39	-	160	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Fevereiro/2019	574	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Março/2019	905	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,68% a.a.	Abril/2019	453	-	-	-
BNDES - Finame Casamob (vi)	Pré-fixado	Real	6,00% a.a.	Abril/2019	17	35	-	17
					3.871	1.842	2.492	3.949

- (i) Financiamento BNDES referente a ampliação de edificação industrial efetuado pela Companhia, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,00% ao ano + TJLP reconhecidos de forma pro rata. O bem construído foi objeto de garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (ii) Financiamento Desenvolve São Paulo referente a aquisição de máquinas e equipamentos, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,50% ao ano + IPCA reconhecidos de forma pro rata. Um imóvel da Companhia situado na cidade de São Paulo/SP e parte dos bens adquiridos foram utilizados como garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (iii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financeira e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (iv) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,06% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financeira e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (v) Financiamentos FINIMP em moeda estrangeira, adquiridos pela Companhia, para importação de matéria prima, utilizando as aplicações financeiras como garantia da operação. Foram adquiridos contratos a termo de compra de dólar nos mesmos valores e vencimentos da operação para fins de proteção de eventuais oscilações da moeda.

(vi) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram mencionadas no item anterior.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- Demonstração do resultado – Consolidado

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017:

	Consolidado				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Varição 2018/2017
Receita operacional líquida	137.170	100%	124.056	100%	11%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(118.820)	-87%	(112.587)	-91%	6%
Resultado bruto	18.350	13%	11.469	9%	60%
Despesas operacionais, líquidas	(22.069)	-16%	(30.676)	-25%	-28%
Resultado de equivalência patrimonial	744	1%	(756)	-1%	198%
Resultado antes do resultado financeiro	(2.975)	-2%	(19.963)	-16%	-85%
Resultado financeiro	8.732	6%	2.886	2%	203%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.757	4%	(17.077)	-14%	-134%
Imposto de renda e contribuição social	(5.039)	-4%	1.373	1%	-467%
Resultado líquido do exercício	718	1%	(15.704)	-13%	105%

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de 11% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, em razão de reajustes de preços implementados pela Companhia, maior volume de venda e melhor mix de produtos.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e serviços prestados consolidado apresentou aumento de 6% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, principalmente, pelo aumento do volume produzido pela Tekno e também nos valores de alguns insumos, o que elevou o gasto com matéria-prima (aço e tinta), e o consumo de energia e gás natural.

Lucro bruto

O lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$18.350 mil, o que representa um aumento de R\$6.881 mil, ou 60%, em relação a 2017, quando totalizou R\$11.469 mil.

No exercício de 2018, o lucro bruto representou 13% da receita operacional líquida e no exercício de 2017, este percentual era de 9%.

Os diretores informam que este aumento da margem se deve, principalmente, ao aumento das receitas operacionais líquidas.

Despesas operacionais, líquidas

As Despesas operacionais líquidas consolidadas apresentaram uma redução de 28% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, em razão da i) redução das despesas de pessoal, consequência da redução do quadro de colaboradores da Companhia e da controlada Casamob; ii) redução de tributos, em virtude do reconhecimento do ICMS relativo a um débito tributário discutido judicialmente e que foi inserido no Programa Especial de Parcelamento (PEP) no ano de 2017; iii) Aumento de outras receitas operacionais, devido ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo; iv) e do aumento de outras receitas operacionais obtidas na venda de energia elétrica.

Resultado de equivalência patrimonial

A variação apresentada no resultado de equivalência patrimonial consolidado do exercício de 2018, em comparação ao exercício anterior, decorreu do melhor desempenho apresentado pelas controladas em conjunto Wolverine/Tekno e Perfilor.

Resultado financeiro

O resultado financeiro consolidado apresentou aumento 203% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, devido à atualização monetária de créditos de PIS e COFINS, gerados pela exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a companhia apresentou lucro tributável e a despesa com imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 5.039.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de 718 mil, inverte uma série de prejuízos apresentados nos últimos exercícios.

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016:

	Consolidado				
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Varição 2017/2016
Receita operacional líquida	124.056	100 %	110.644	100 %	12 %
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(112.587)	-91 %	(106.354)	-96 %	6 %
Resultado bruto	11.469	9 %	4.290	4 %	167 %
Despesas operacionais, líquidas	(30.676)	-25 %	(28.410)	-26 %	8 %
Resultado de equivalência patrimonial	(756)	-1 %	(1.542)	-1 %	-51 %
Resultado antes do resultado financeiro	(19.963)	-16 %	(25.662)	-23 %	-22 %
Resultado financeiro	2.886	2 %	5.257	5 %	-45 %
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(17.077)	-14 %	(20.405)	-18 %	-16 %
Imposto de renda e contribuição social	1.373	1 %	3.587	3 %	-62 %
Resultado líquido do período	(15.704)	-13 %	(16.818)	-15 %	-7 %
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionista controlador (TEKNO)	(15.704)	-13 %	(16.818)	-15 %	-7 %
Acionistas não controladores	-	0 %	-	0 %	-

Receita operacional líquida

Os diretores informam que as receitas operacionais líquidas consolidadas apresentaram aumento de 12% no exercício de 2017, se comparado com o exercício anterior, em razão i) da maior participação do segmento de vendas de bobinas pré-pintadas; ii) do reajuste de preços implementado pela Companhia e pelas controladas e iii) do aumento da receita operacional líquida da controlada Casamob.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

Os diretores informam que os custos dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício de 2017 foram impactados pelo aumento de preços das matérias-primas, especialmente do aço e da tinta, e pela maior participação do segmento de vendas. Apesar disto, o aumento de 6% apresentado no exercício de 2017 foi menor que o aumento da receita operacional líquida, fato que contribuiu para a melhora dos índices de lucratividade bruta da companhia.

Lucro bruto

O lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$11.469 mil, o que representa um aumento de R\$7.179 mil, ou 167%, em relação a 2016, quando totalizou R\$4.290 mil.

No exercício de 2017, o lucro bruto representou 9% da receita operacional líquida e no exercício de 2016, este percentual era de 4%.

Os diretores informam que este aumento da margem se deve, principalmente, ao aumento das receitas operacionais líquidas.

Despesas operacionais, líquidas

Os diretores informam que as despesas operacionais líquidas consolidadas apresentaram aumento de 8% no exercício de 2017, se comparado com exercício anterior, em razão i) da liquidação de um processo judicial tributário de ICMS, registrado na rubrica de tributos diversos, ii) aumento das despesas com assistência médica dos colaboradores, iii) aumento no pagamento de PLR dos colaboradores, conforme acordo sindical.

Resultado de equivalência patrimonial

A redução no resultado negativo de equivalência patrimonial consolidado apresentado no exercício de 2017, em comparação ao exercício anterior, decorreu do melhor desempenho apresentado pela controlada em conjunto Wolverine/Tekno.

Resultado financeiro

Os diretores informam que o resultado financeiro consolidado apresentou redução de 45% no exercício de 2017, se comparado com o exercício anterior, devido à redução nos saldos de aplicações financeiras e também a menor rentabilidade das aplicações, em decorrência das reduções promovidas pelo Copom na taxa Selic.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a companhia não apresentou lucro tributável e o crédito de imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado, no montante de R\$ 1.373, decorre-se de impostos diferidos constituídos sobre diferenças temporárias e o prejuízo fiscal do exercício.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício

Os diretores informam que o prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentou redução de 7%, se comparado com o exercício anterior, devido aos motivos mencionados nos itens acima.

Balço patrimonial – Consolidado

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

ATIVO	Consolidado				
	31/12/2018	Análise Vertical	31/12/2017	Análise Vertical	Varição 2018/2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	16.786	8 %	20.753	10 %	-19 %
Aplicações financeiras	2.193	1 %	-	0 %	-
Contas a receber de clientes	32.765	15 %	30.755	15 %	7 %
Estoques	39.594	18 %	34.572	17 %	15 %
Tributos a recuperar	16.568	8 %	2.264	1 %	632 %
Outros créditos	140	0 %	232	0 %	-40 %
Despesas antecipadas	192	0 %	198	0 %	-3 %
Total do ativo circulante	108.238	50 %	88.774	43 %	22 %
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	3.282	2 %	4.510	2 %	-27 %
Depósitos judiciais	153	0 %	2.286	1 %	-93 %
Impostos diferidos	-	0 %	1.439	1 %	-100 %
Investimentos	15.815	7 %	15.071	7 %	5 %
Imobilizado	84.320	39 %	89.158	44 %	-5 %
Intangível	2.826	1 %	3.581	2 %	-21 %
Total do ativo não circulante	106.396	50 %	116.045	57 %	-8 %
TOTAL DO ATIVO	214.634		204.819		5 %

PASSIVO	Consolidado				
	31/12/2018	Análise Vertical	31/12/2017	Análise Vertical	Varição 2018/2017
CIRCULANTE					
Fornecedores	17.827	8 %	13.490	7 %	32 %
Obrigações sociais e trabalhistas	5.788	3 %	5.567	3 %	4 %
Empréstimos e financiamentos	3.871	2 %	1.842	1 %	110 %
Obrigações fiscais	3.088	1 %	112	0 %	2.657 %
Adiantamentos de clientes	677	0 %	729	0 %	-7 %
Participações estatutárias	190	0 %	190	0 %	0 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	123	0 %	481	0 %	-74 %
Outras exigibilidades	1.733	1 %	609	0 %	185 %
Total do passivo circulante	33.297	16 %	23.020	11 %	45 %
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.492	1 %	3.949	2 %	-37 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	640	0 %	574	0 %	11 %
Provisão para passivo pós- emprego	960	0 %	697	0 %	38 %
Provisão para aposentadoria compulsória	3.245	2 %	3.580	2 %	-9 %
Impostos diferidos	625	0 %	-	0 %	-
Total do passivo não circulante	7.962	4 %	8.800	4 %	-10 %
TOTAL DO PASSIVO	41.259	19 %	31.820	16 %	30 %
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	177.000	82 %	177.000	86 %	0 %
Reserva de incentivos fiscais	1.450	1 %	1.450	1 %	0 %
Prejuízos acumulados	(7.957)	-4 %	(9.410)	-5 %	-15 %
Ajuste de avaliação patrimonial	2.441	1 %	3.176	2 %	-23 %
Outros resultados abrangentes	441	0 %	783	0 %	-44 %
Total	173.375	81 %	172.999	84 %	0 %
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	214.634		204.819		5 %

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa Consolidado apresentava um montante de R\$16.786 mil comparado com um montante de R\$20.753 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 19%. Os diretores informam que essa redução é proveniente dos investimentos realizados pela Companhia, descritos no item 10.8 deste tópico.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes totalizavam R\$32.765 mil, representando um aumento de R\$2.010 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo ficou em R\$30.755 mil, ou seja, um aumento percentual de 7%. Os diretores da Companhia informam que essa variação é explicada pelo aumento nas vendas no exercício de 2018.

Estoques

Os diretores informam que os estoques aumentaram em 15% entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 devido ao aumento no volume de vendas da Companhia.

Tributos a recuperar

Os diretores informam que o aumento apresentado em tributos a recuperar, no ativo circulante no montante de R\$ 14.304, é decorrente do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS referentes ao período de 12/2002 a 11/2007, no mandado de segurança em que se questionava a exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos impostos.

Fornecedores

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$17.827 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$13.490 mil em 31 de dezembro de 2017, resultando em um aumento de R\$4.337 mil no período. Isso se deveu ao aumento no volume de vendas e também ao prolongamento nos prazos de pagamentos que a Companhia tem promovido junto aos seus fornecedores visando uma melhor gestão do capital de giro.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$5.788 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$5.567 mil em 31 de dezembro de 2017. O aumento registrado, no montante de R\$221 mil, é proveniente do aumento nos saldos de tributos sociais a recolher. Está correta a justificativa?

Empréstimos e financiamentos

Os diretores informam que o aumento apresentado na conta de empréstimos e financiamentos é proveniente, principalmente, de novos financiamentos de importação (Finimp), captados pela companhia, conforme descrito no item 10.1.f.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

ATIVO	Consolidado				
	31/12/2017	Análise Vertical	31/12/2016	Análise Vertical	Variação 2017/2016
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	20.753	10 %	34.887	16 %	-41 %
Contas a receber de clientes	30.755	15 %	25.736	12 %	20 %
Estoques	34.572	17 %	33.911	15 %	2 %
Tributos a recuperar	2.264	1 %	3.784	2 %	-40 %
Outros créditos	232	0 %	146	0 %	59 %
Despesas antecipadas	198	0 %	268	0 %	-26 %
Total do ativo circulante	88.774	43 %	98.732	45 %	-10 %
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	4.510	2 %	3.209	1 %	41 %
Depósitos judiciais	2.286	1 %	3.103	1 %	-26 %
Impostos diferidos	1.439	1 %	341	0 %	322 %
Investimentos	15.071	7 %	15.827	7 %	-5 %
Imobilizado	89.158	44 %	93.965	43 %	-5 %
Intangível	3.581	2 %	4.425	2 %	-19 %
Total do ativo não circulante	116.045	57 %	120.870	55 %	-4 %
TOTAL DO ATIVO	204.819		219.602		-7 %
Consolidado					
PASSIVO	31/12/2017	Análise Vertical	31/12/2016	Análise Vertical	Variação 2017/2016
CIRCULANTE					
Fornecedores	13.490	7 %	10.299	5 %	31 %
Obrigações sociais e trabalhistas	5.567	3 %	5.229	2 %	6 %
Empréstimos e financiamentos	1.842	1 %	1.392	1 %	32 %
Obrigações fiscais	112	0 %	564	0 %	-80 %
Adiantamentos de clientes	729	0 %	1.648	1 %	-56 %
Participações estatutárias	190	0 %	190	0 %	0 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	481	0 %	623	0 %	-23 %
Outras exigibilidades	609	0 %	805	0 %	-24 %
Total do passivo circulante	23.020	11 %	20.750	9 %	11 %
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.949	2 %	5.172	2 %	-24 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	574	0 %	136	0 %	322 %
Provisão para passivo pós-emprego	697	0 %	2.330	1 %	-70 %
Provisão para aposentadoria compulsória	3.580	2 %	3.143	1 %	14 %
Impostos diferidos	-	0 %	-	0 %	-
Total do passivo não circulante	8.800	4 %	10.781	5 %	-18 %
TOTAL DO PASSIVO	31.820	16 %	31.531	14 %	1 %
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	177.000	86 %	177.000	81 %	0 %
Retenção de lucros	-	0 %	-	0 %	-
Reserva legal	-	0 %	5.526	3 %	-100 %
Reserva de incentivos fiscais	1.450	1 %	1.450	1 %	0 %
Prejuízos acumulados	(9.410)	-5 %	-	0 %	-
Ajuste de avaliação patrimonial	3.176	2 %	3.944	2 %	-19 %
Outros resultados abrangentes	783	0 %	151	0 %	419 %
Total	172.999	84 %	188.071	86 %	-8 %
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.819		219.602		-7 %

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa e equivalentes de caixa Consolidado apresentava um montante de R\$20.573 mil comparado com um montante de R\$34.887 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 41%. Os diretores informam que essa redução é proveniente: (i) dos investimentos feitos nas controladas Casamob e Alukroma (ii) pagamentos de financiamentos.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes totalizavam R\$30.755 mil, representando um aumento de R\$5.019 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2015, quando o contas a receber de clientes totalizou R\$25.736 mil, ou seja, um aumento percentual de 20%. Os diretores da Companhia informam que essa variação é explicada pelo aumento nas vendas no exercício de 2017 e pelo aumento no prazo de recebimento de alguns clientes, que foram impactados pelo atual cenário econômico do país.

Estoques

Os diretores informam que os estoques tiveram um pequeno aumento na casa de 2% entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, onde, apesar do crescimento de 12% das receitas, uma melhor gestão dos níveis de estoque possibilitou um menor aumento no Saldo de Estoques.

Tributos a recuperar

Os diretores informam que a redução de 40% apresentado em tributos a recuperar, no ativo circulante e o aumento de 41% no não circulante no exercício de 2017 comparativamente ao exercício de 2016, deve-se à transferência de PIS/COFINS e ICMS, devido a expectativa de realização.

Intangível

Os diretores informam que a redução apresentada no ativo intangível de 19%, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, decorre basicamente da amortização no período.

Fornecedores

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$13.490 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$10.299 mil em 31 de dezembro de 2016, resultando em um aumento de 31%. Os diretores informam que essa variação se deve basicamente ao aumento do prazo de pagamento.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$5.567 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$5.229 mil em 31 de dezembro de 2016. O aumento registrado, no montante de R\$338 mil, é proveniente do aumento nos saldos de tributos sociais a recolher.

Empréstimos e financiamentos

Os diretores informam que o aumento apresentado na conta de empréstimos e financiamentos é proveniente de novos financiamentos captados pela companhia e suas controladas para realização de novos investimentos, conforme descrito no item 10.1.f.

10.2) Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas estão assim distribuídas:

	Receita líquida (Consolidada)						
	R\$ mil			Quantidade			
	2018	2017	2016	UM	2018	2017	2016
Venda de bobinas e chapas pré-pintadas	70.206	61.638	46.293	Ton	14.189	14.502	12.347
Venda de móveis de aço - (módulos)	9.822	12.629	7.542	Pç	42.230	60.126	40.035
Venda de móveis de aço - (partes e peças)	56	88	40	Pç	1.199	1.622	703
Venda de Paineis de alumínio (constr.civil)	6.310	6.230	7.129	M²	66.671	69.478	59.471
Serviço de pintura em bobinas de aço	37.062	32.400	38.005	Ton	29.246	28.390	37.707
Serviço de pintura em bobinas de alumínio	11.773	9.119	8.374	Ton	5.410	3.164	3.590
Exportação de bobinas e chapas pré-pintadas	1.941	1.952	3.261	Ton	310	348	541
	137.170	124.056	110.644				

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O principal fator que contribuiu para o aumento dos resultados operacionais da companhia em 2018 foi o aumento da receita operacional líquida (11% no consolidado)

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

O aumento das receitas em 2018 decorre dos seguintes fatores: (i) aumento do volume de vendas de bobinas e chapas de aço pré-pintadas e aumento de serviço de pintura em bobinas de aço e alumínio.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O aço pré-pintado produzido pela Tekno têm sofrido forte concorrência dos produtos importados, principalmente da Ásia.

O câmbio também é fator relevante para a Tekno pois a variação do dólar poderá ocasionar um aumento dos insumos importados ou produzido com componentes importados por ela adquiridos.

A variação do preço do aço é outro fator que pode afetar o resultado operacional da Companhia e de suas controladas, à medida em que o aumento do preço do aço acarreta a elevação do custo do produto vendido.

10.3) Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação na Companhia de segmento operacional nos exercícios de 2018 e 2017.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos exercícios de 2018 e 2017.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia nos exercícios de 2018 e 2017.

10.4) Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que as informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado.

• **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018**

Não houve alterações das práticas contábeis.

• **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017**

Não houve alterações das práticas contábeis.

• **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016**

Não houve alterações das práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não houve alterações das práticas nos três últimos exercícios

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018**

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017**

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016**

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

10.5) Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A companhia adota, na elaboração das demonstrações financeiras, todas as normas IFRS e as normas CPC para avaliar os seus ativos, passivos, receitas e despesas, e realizar as estimativas necessárias. As estimativas são elaboradas com base nos relatórios emitidos por seus assessores legais e financeiros, assim como na experiência adquirida da Companhia.

- **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas abaixo:

	2018	2017	2016
Taxa de desconto	4,78% ao ano ("a.a.")	5,18% ao ano ("a.a.")	5,83% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	3,96% ao ano ("a.a.")	4,50% ao ano ("a.a.")	4,80% ao ano ("a.a.")
Índice de dependência principal	80%	80%	80%
Idade do cônjuge feminino	Média de 4 anos menos	Média de 4 anos menos	Média de 4 anos menos
Rotatividade	10,33% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-200	AT-200	AT-200

g) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas abaixo:

	2018	2017	2016
Taxa de desconto	4,78% ao ano ("a.a.")	5,18% ao ano ("a.a.")	5,83% ao ano ("a.a.")
Taxa de evolução salarial	3,96% ao ano ("a.a.")	4,50% ao ano ("a.a.")	4,80% ao ano ("a.a.")
Taxa anual das quotas do FGTS	3%	3%	3%
Rotatividade	10,33% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-200	AT-200	AT-200

10.6) Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia, não possuía em 31 de dezembro de 2018 contratos de arrendamento mercantis em andamento que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

II. Carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existiam em 31 de dezembro de 2018 carteiras de recebíveis baixadas com riscos futuros.

III. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não existiam em 31 de dezembro de 2018 contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

IV. Contratos de construção não terminada

Não existiam em 31 de dezembro de 2018 contratos de construção.

V. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existiam em 31 de dezembro de 2018 contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2018 não apresentou ativos e passivos conhecidos que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

10.7) Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.8) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- **Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** Consiste na subscrição de capital nas controladas Casamob e Alukroma e na controlada em conjunto Perfilor, para aplicar em seus novos investimentos operacionais.

Investimento

- Realizado até 31/12/2018 = R\$ 77.386
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 10.000
- Investimento total = R\$ 87.386

- **Linha de pintura 2 (Automação):** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos da linha de pintura 2.

Investimento

- Realizado até 31/12/2018 = R\$ -
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 1.750
- Investimento total = R\$ 1.750

- **Linha de corte longitudinal:** Referem-se a investimentos a serem realizados na linha de corte longitudinal, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva e ganhos em produtividade.

Investimento

- Realizado até 31/12/2018 = R\$ -
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 6.500
- Investimento total = R\$ 6.500

- **Expansão e manutenção de equipamentos industriais:** Consiste em investimentos de substituição e modernização de equipamentos industriais que estão em fase de

obsolescência, com desgaste ou com baixo rendimento, com o objetivo de aumentar a capacidade e qualidade produtiva, evitar paradas na linha de produção por quebras de equipamentos e aumentar a segurança dos operadores.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 500

- **Tecnologia e projetos:** Os investimentos tecnológicos estão divididos em infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e em Softwares e sistemas de gestão, tendo por objetivo acompanhar as novas tecnologias de TI, adquirir novos computadores e periféricos e aprimorar os sistemas de gestão da Companhia.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 1.060

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Tradicionalmente para seus investimentos e capital de giro, a companhia utiliza recursos oriundos da sua geração própria de caixa. Entretanto, a Companhia poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos destes recursos sejam competitivos no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia encerrou as atividades e extinguiu a Controlada Tekrom – Transportes, Representações e Montagens, por entender não ser mais viável sua continuidade.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há investimento que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva a curto prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não houve.

II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não houve.

IV. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve.

10.9) Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável

V – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tekno S.A. Indústria e Comércio (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tekno S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado – Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas 3.7 e 11, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado e utilizou-se do laudo de avaliação a valor de mercado elaborado por Empresa Terceirizada Especializada que utiliza critérios

de avaliação, metodologia específica e procedimentos de avaliação para calcular o valor de mercado, líquido das despesas de vendas. Esses critérios podem impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conseqüentemente, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles chave relacionados à análise do valor recuperável do ativo imobilizado disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e procedimentos utilizados pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que o ativo imobilizado da Companhia possa ter indícios de desvalorização. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o relatório de avaliação patrimonial que suporta o valor justo do ativo imobilizado da Companhia, líquido das despesas de vendas. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor do ativo imobilizado da Companhia no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza

relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos, 18 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Moacyr Humberto Piacenti

Contador CRC 1SP204757/O-9

VI – PARECER DO CONSELHO FISCAL (REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 25 DE MARÇO DE 2019)

“Em atendimento às atribuições estatutárias e legais e na forma deliberada em reunião realizada nesta data, os membros do Conselho Fiscal da Tekno S/A Indústria e Comércio, infra-assinados, vêm emitir seu parecer: por unanimidade, considerando que, no desempenho de suas funções, os Conselheiros encontraram os documentos em ordem, opinião essa corroborada pelo parecer da empresa de auditoria KPMG, opinam no sentido de que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão em condições de serem submetidas à apreciação, pela Assembleia Geral”.

VII – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9.1 – II da IN CVM 481)

Não há proposta de destinação do lucro líquido do exercício de R\$ 718 mil, tendo em vista foi totalmente utilizado para amortizar o prejuízo acumulado em exercícios anteriores.

VIII - INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Em atendimento ao artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo “A” da Instrução CVM nº 552, de 09 de outubro de 2014.

12.5 / 12.6 – Composição e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Orgão da ADM	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo Eletivo indicado	Data de Posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação em reuniões (%)
Outros Cargos e funções					
Arystóbulo de Oliveira Freitas	01/07/1961	CF	26/04/2018	Até a A.G.O. de 2019	16
040.278.498-76	Advogado	Conselho CF Titular	14/05/2018	Sim	100
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Sergio Lucchesi Filho	21/07/1950	CF	26/04/2018	Até a A.G.O. de 2019	16
332.063.688-04	Contador	Conselho CF Titular	14/05/2018	Sim	100
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Toshio Noshioka	18/03/1952	CF	26/04/2018	Até a A.G.O. de 2019	6
480.427.228-34	Contador	Conselho CF Titular	14/05/2018	sim	95,45
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Carlos Atushi Nakamura	26/10/1976	CF	26/04/2018	Até a A.G.O. de 2019	4
011.603.868-38	Contador	Suplente Conselheiro Fiscal	14/05/2018	Sim	NA
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Ricardo Brito Costa	19/08/1959	CF	26/04/2018	Até a A.G.O. de 2019	10
259.300.478-98	Advogado	Suplente Conselheiro Fiscal	14/05/2018	Sim	NA
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Vinícios Nishioka	08/10/1976	CF			
025.099.447-03	Contador	Suplente Conselheiro Fiscal		Sim	NA
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência**Arystóbulo de Oliveira Freitas****Formação:**

Graduação - Direito pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1984
Mestrado - Direito Difuso e Coletivo pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Experiência profissional:

Advogado atuante, professor e conferencista.

Sérgio Lucchesi Filho**Formação:**

Graduação - Ciências Contábeis
Graduação - Administração

Experiência profissional:

Contador e Administrador de empresas pela FEA/USP, trinta e dois anos de experiência profissional acumulada nas áreas de auditoria, consultoria gerencial e tributos, autor de artigos e entrevistas, em matéria contábil e tributária publicadas em periódicos do país.

Toshio Nishioka**Formação:**

Graduação - Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade da Zona Leste de São Paulo – 1977
Graduação - Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito Cândido Mendes – 1987

Experiência profissional:

Sócio da Boucinhas, Campos & Conti - Auditores Independentes.

Ricardo Brito Costa**Formação:**

Graduação - Direito pela Universidade de São Paulo, em 1999.

Experiência profissional:

Atua na área contenciosa civil, inclusive em contendas societárias.

Carlos Atushi Nakamuta**Formação:**

Graduação - Bacharel em Ciências Contábeis e Bacharel em Ciências Atuariais pela FMU
Pós-Graduação (MBA) - Gestão Atuarial e Financeira – FIPECAFI.
Mestrado - Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Experiência profissional:

Sócio na Moore Stephens Auditores e Consultores; Atua nas áreas de Auditoria e Corporate Finance desde junho de 2004; Foi também Diretor Técnico de Auditoria de Boucinhas & Campos com especialização em instituições financeiras, sendo responsável pela auditoria de parte das empresas do Conglomerado Financeiro Banco Itaú S.A., cerca de 40 empresas, incluindo empresas do ramo segurador.

Vinícios Nishioka**Formação:**

Graduação - Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro
Graduação - Direito na Universidade Gama Filho
MBA - Gestão de Negócios no IBMEC.

Experiência profissional:

Sólida experiência na área financeira, planejamento e orçamento, estratégia, novos negócios (due diligence), mercado de capitais, plano de negócios, tributos, relatórios financeiros (demonstrações financeiras e packages), gerenciamento de risco, compliance, auditoria e controladoria. Bons conhecimentos em legislação societária e em processos de reestruturação (M&A). Experiência em grupos multinacionais com sede na Europa, EUA e China. Acostumado com processos de tomada de decisão. Habilidades de liderança, treinamento e desenvolvimento de equipes. Trabalhou na CARGILL (2013-2014), ENERGISA (2015), KPMG (2007-2012) e Boucinhas & Campos (1995-2007). Atualmente no GRUPO STATE GRID (desde 2016), lidera a área financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia.

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não há composição de comitês na Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

**IX – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Item 13 do Formulário de Referência)****I. A proposta de remuneração dos administradores**

A Companhia propõe, para o exercício em curso, que a remuneração global dos Administradores seja fixada no montante R\$ 3.380.000,00 (três milhões trezentos e oitenta mil reais), já inclusos neste valor todos os encargos sociais e benefícios.

II. As informações indicadas no item 13 do formulário de referência, que estão a seguir demonstradas**13.1) Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:****a. Objetivos da política ou prática de remuneração**

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Além do plano de assistência médica, a Companhia oferece um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), administrado pela Bradesco

Vida e Previdência S.A., para os diretores e colaboradores. Trata-se de uma poupança incentivada na qual o colaborador aplica mensalmente até 4,5% do salário, levando a Companhia a contribuir com o mesmo valor.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração pela Companhia é composta pelos seguintes elementos:

- **Remuneração fixa anual:** corresponde ao salário ou pró-labore e aos benefícios diretos e indiretos.
- **Remuneração variável:** corresponde a participações nos resultados.
- **Benefícios pós-emprego:** compreende os valores pagos a título de planos de previdência privada.

A aplicação destes elementos ocorre de maneira diferenciada para cada órgão da administração da Companhia, conforme detalhados a seguir.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, ainda, a Companhia concede aos membros da Diretoria Estatutária os seguintes benefícios diretos e indiretos: seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, carro, plano de previdência privada e plano de saúde.

Há também o pagamento, em forma de remuneração variável, de participação nos resultados da Companhia, cujo montante global será fixado pela Assembleia Geral. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelos resultados da Companhia.

A Companhia também concede um benefício pós-emprego, mediante o pagamento dos valores dos planos de previdência privada cujos beneficiários são os membros de sua Diretoria Estatutária.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social findo em:	Conselho	Diretoria	Conselho
31 de dezembro de 2018	de Adm	Estatutária	Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	83,43%	69,70%	83,33%
Benefícios direto e indireto	0,00%	9,17%	0,00%
Outros	16,57%	19,09%	16,67%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego			
	0,00%	2,04%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em:	Conselho	Diretoria	Conselho
31 de dezembro de 2017	de Adm	Estatutária	Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	83,51%	67,79%	83,33%
Benefícios direto e indireto	0,00%	12,33%	0,00%
Outros	16,49%	18,90%	16,67%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego			
	0,00%	0,97%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em:	Conselho	Diretoria	Conselho
31 de dezembro de 2016	de Adm	Estatutária	Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	87,70%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	11,53%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego			
	0,00%	0,77%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações são reajustadas anualmente de acordo com nas mesmas datas e percentuais dos aumentos salariais aplicáveis ou concedidos aos empregados da empresa, em razão do dissídio coletivo.

A remuneração variável é com base nos resultados obtidos pela Companhia e o montante global é fixado pela Assembleia Geral.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa recompensar, atrair e reter os profissionais qualificados que agreguem valor aos resultados da Companhia e, no caso da Diretoria Estatutária, no que se refere à remuneração variável especificamente recompensar pelos resultados obtidos.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A companhia não possui membros da administração não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo.

Remuneração variável: com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia. Os indicadores apurados incluem: o lucro líquido, faturamento líquido e margem EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início de cada ano, são definidas as metas da Companhia. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, considerando o nível de atendimento de cada indicador, dentre aqueles descritos no sub-item "c" acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Vide letra "a." acima.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamento de remuneração suportada por subsidiárias ou qualquer outra controlada ou controlador a qualquer membro do Conselho e/ou Diretoria da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário específico.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- (i) **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Não aplicável.

- (ii) **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Não aplicável.

- (iii) **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Não aplicável.

13.2) Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração Total Projeção 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,17	3	5	14,17
Nº de membros remunerados	6,17	3	5	14,17
Remuneração fixa anual	845.012	2.187.285	310.631	3.342.928
Salário ou pró-labore	705.127	1.553.158	258.859	2.517.144
Benefícios direto e indireto	-	199.999	-	199.999
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	139.885	434.128	51.772	625.785
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	37.071	-	37.071
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	845.012	2.224.356	310.631	3.379.999

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Remuneração fixa anual	661.608	1.622.373	228.234	2.512.215
Salário ou pró-labore	551.992	1.154.325	190.195	1.896.512
Benefícios direto e indireto	-	151.867	-	151.867
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	109.616	316.181	38.039	463.836
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	33.767	-	33.767
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	661.608	1.656.140	228.234	2.545.982

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Remuneração fixa anual	537.661	1.286.952	228.234	2.052.847
Salário ou pró-labore	448.975	881.051	190.195	1.520.221
Benefícios direto e indireto	-	160.291	-	160.291
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	88.686	245.609	38.039	372.335
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	12.649	-	12.649
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	537.661	1.299.601	228.234	2.065.496

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	3	5	14
Nº de membros remunerados	6	3	5	14
Remuneração fixa anual	603.701	1.547.642	223.663	2.375.006
Salário ou pró-labore	503.084	1.139.847	186.385	1.829.316
Benefícios direto e indireto	-	179.826	-	179.826
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	100.617	227.969	37.277	365.863
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	11.969	-	11.969
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	603.701	1.559.611	223.663	2.386.974

13.3) Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Prevista para o exercício social corrente - 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,17	3	5	14,17
Nº de membros remunerados	6,17	3	5	14,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.553.158	-	1.553.158
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.154.325	-	1.154.325
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	881.051	-	881.051
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	3	5	14
Nº de membros remunerados	6	3	5	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.139.847	-	1.139.847
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.4) Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável

13.5) Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.6) Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.7) Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.8) Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.9) Informar quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável

13.10) Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	2
Nome do plano	N/A	Bradesco Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não previsto
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R\$ 80.670,81
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R\$ 39.492,89
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Existe a possibilidade de resgate antecipado, permitindo a Companhia resgatar o mesmo valor.

13.11) Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano	Orgão	Nº de membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2018	Conselho Administração	5	220.098	110.378	132.322
	Diretoria Estatutária	3	605.253	509.341	552.047
	Conselho Fiscal	5	45.647	15.567	38.039
2017	Conselho Administração	5	107.532	107.532	107.532
	Diretoria Estatutária	3	531.853	273.656	433.200
	Conselho Fiscal	5	45.647	14.045	38.039
2016	Conselho Administração	6	100.617	100.617	100.617
	Diretoria Estatutária	3	809.331	175.866	519.870
	Conselho Fiscal	5	44.733	44.733	44.733

13.12) Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Exceto quanto ao plano de previdência privada oferecido a todos colaboradores com as mesmas regras para a Diretoria, não existe apólice de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Órgão	%
2018	Conselho Administração	0,00%
	Diretoria Estatutária	67,30%
	Conselho Fiscal	0,00%
2017	Conselho Administração	0,00%
	Diretoria Estatutária	78,94%
	Conselho Fiscal	0,00%
2016	Conselho Administração	8,52%
	Diretoria Estatutária	73,90%
	Conselho Fiscal	0,00%

13.14) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	2	0	0	2
Valores reconhecidos no resultado	1.354.173	0	0	1.354.173

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	2	0	0	2
Valores reconhecidos no resultado	375.959	0	0	375.959

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	2	0	0	2
Valores reconhecidos no resultado	329.253	0	0	329.253

13.15) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável

13.16) Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevante

X – ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.) Definição do Número de Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 21 do seu estatuto social, será constituído de 3 (três) a 5 (cinco) membros.

A proposta da Administração é que o Conselho de Administração seja formado por 5 (cinco) membros.

Os acionistas minoritários ordinaristas e os acionistas preferencialistas, se assim o desejarem, e em conformidade com a legislação, poderão indicar os nomes de seus eventuais candidatos ao Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária.

2.) Eleição em Separado

Nos termos dos incisos I e II, do parágrafo 4º, do artigo 141, da Lei 6.404/76, a maioria dos titulares, respectivamente: (I) de ações de emissão da Companhia com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e (II) de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito de emissão da Companhia, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, poderão, em votação em separado, da qual não participará o acionista controlador, eleger um membro do Conselho de Administração cada um.

3.) Voto Múltiplo

O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral Ordinária.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo.

4.) Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Em atendimento ao artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo “A” da Instrução CVM nº 552, de 09 de outubro de 2014.

12.5 / 12.6 – Composição e experiência profissional da administração:

Nome	Data de nascimento	Orgão da ADM	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo Eletivo indicado	Data de Posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação em reuniões (%)
Outros Cargos e funções					
Fernando Antônio Albino de Oliveira	12/06/1946	CA	06/07/2016	Até a A.G.O. de 2019	5
199.391.168-53	Advogado	Conselho ADM Titular	06/07/2016	Sim	100
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Valter Takeo Sasaki	18/04/1948	CA	06/07/2016	Até a A.G.O. de 2019	4
048.484.208-06	Administrador	Conselho ADM Titular	06/07/2016	Sim	100
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Batuir Rogério Meneghesso Lino	12/02/1950	CA	06/07/2016	Até a A.G.O. de 2019	2
641.093.218-81	Advogado	Conselho ADM Titular	06/07/2016	sim	100
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Fernando Antonio Albino de Oliveira

Formação:

Graduação - Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, 1969
Mestrado - Direito Comparado – New York University, 1975
Doutorado - Direito Econômico, USP, 1988

Experiência profissional:

professor PUC/SP – pós-graduação; advogado atuante, autor de obras em sua especialidade; ex-Diretor da CVM e atual Presidente do Conselho de Administração da Tekno

Valter Takeo Sasaki

Formação:

Graduação - Bacharel em Administração pela USP, 1972

Experiência profissional:

Ex-controller de Gravações Elétricas S/A; ex-diretor da Indupal S/A-Ind.Paul.de Laminados; ex-diretor de Relações com Investidores da Tekno S/A.

Batuir Rogério Meneghesso Lino

Formação:

Graduação - Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, 1972
Especialização - Direito Empresarial e Cível

Experiência profissional:

Ex-membro titular do Conselho Fiscal da Cia. Paulista de Força e Luz (CPFL) e suplente de Conselho Fiscal da Companhia Energética de São Paulo (CESP) de 1983 a 1987 e membro de Conselhos Fiscais de várias sociedades de capital fechado

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não há composição de comitês na Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

O Sr. Valter Takeo Sasaki atua como diretor da controlada em conjunto Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio.